



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA N.º 74/X/2.ª

Aos dezassete dias do mês de Julho de dois mil e sete, pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, reuniu, na Sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão e votação na especialidade das Iniciativas Legislativas sobre a reforma do Parlamento;**
- 2 – Discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 363/X/2ª (PS) – “Altera o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, impondo a transcrição digital georeferenciada dos planos municipais de ordenamento do território”;**
- 3 – Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 137/X/2ª (GOV) – “Aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública”**
- 4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 138/X/2ª (GOV) – “Aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana”**
- 5. Discussão e votação na especialidade das Iniciativas Legislativas de alteração ao Código de Processo Penal [PPL 109/X (GOV); PJP 237/X (PSD); PJP 240/X (PSD) PJP 367/X (CDS -PP); PJP 368/X (CDS-PP); PJP 369/X (BE); PJP 370/X (PCP)];**
- 6. Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes do respectivo livro de presenças.

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado António José Seguro (PS) para, como coordenador do Grupo de Trabalho para a Reforma do Parlamento, apresentar os textos que foram elaborados pelo Grupo de Trabalho.

O Senhor Deputado António José Seguro (PS) remeteu para o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho e que acompanhou os diversos textos que foram remetidos à Comissão pelo Grupo de Trabalho.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

De seguida, o Senhor Presidente deu conta das iniciativas que o Grupo de Trabalho para a Reforma do Parlamento remeteu à Comissão [projecto de Regimento da Assembleia da República; Projectos de Lei n.ºs 378/X (BE) e 381/X (PCP) e projecto de texto de substituição do Projecto de Lei n.º 394/X (PS), relativos à alteração da Lei de Exercício do Direito de Petição; Projecto de Lei n.º 380/X (PCP) e projecto de texto de substituição do Projecto de Lei n.º 379/X (PS), relativos ao Estatuto dos Deputados; projecto de texto de substituição do Projecto de Lei n.º 393/X (PS), relativo à Lei sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas; projecto de texto final do Projecto de Resolução n.º 207/X (PEV), sobre medidas de eficiência energética; projecto de texto final do Projecto de Resolução n.º 222/X (PS) sobre a redução das emissões CO₂; projecto de texto de substituição do Projecto de Resolução n.º 223/X (PS), sobre o regime do Canal Parlamento e do Portal da Assembleia da República; projecto de texto final do Projecto de Resolução n.º 224/X (PS), sobre a constituição de um grupo de trabalho para a elaboração de um Código de Boas Práticas; e projecto de texto final do Projecto de Resolução n.º 226/X, sobre o regime de edição e publicação do Diário da Assembleia da República] lembrando que, uma vez que todas tinham baixado à Comissão em fase de apreciação na generalidade, todas seriam apenas votadas indiciariamente pela Comissão, cabendo depois ao Plenário fazer as votações na generalidade, na especialidade e votação final global. Referiu também o Projecto de Resolução n.º 225/X (PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV), sobre a remodelação da Sala das Sessões, que deve subir a Plenário ao mesmo tempo que estas iniciativas e que também deve ser votado indiciariamente pela Comissão.

Começando pelo projecto de Regimento da Assembleia da República, o Senhor Deputado José de Matos Correia (PSD) solicitou o adiamento da votação para a reunião do dia seguinte.

Depois de o Senhor Presidente ter lembrado a ordem de trabalhos da presente reunião, o Senhor Deputado João Serrano (PS) usou da palavra para solicitar que a apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º138/X, que “Aprova a orgânica da Guarda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nacional Republicana” fosse adiada para a reunião do dia seguinte, sendo apenas apresentadas as propostas de alteração na presente reunião.

O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) informou que o Grupo Parlamentar do PS estava em condições de proceder à discussão e votação das iniciativas legislativas de alteração ao Código de Processo Penal, mas sabia que o PSD iria solicitar o seu adiamento, ao que o Senhor Deputado António Montalvão Machado (PSD) respondeu que todos os partidos tinham tido um grande trabalho de aproximação de posições quanto a estas alterações, pelo que o adiamento era certamente solicitado pelo PS e pelo PSD.

Pelo Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) foi referido que não se opunha ao adiamento, mas encontrava-se em condições para proceder à votação das iniciativas em causa. Igual posição foi defendida pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP), que entendeu que se deveria proceder à apreciação e votação das matérias para as quais não foi solicitado adiamento.

Em sentido diverso pronunciou-se o Senhor Deputado Luís Fazenda (BE), que entendeu que, em relação às iniciativas da reforma do Parlamento, apenas fazia sentido, politicamente, proceder à votação em conjunto de todas.

Usaram da palavra ainda o Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD), para lembrar que os diplomas em discussão eram estruturantes para o ordenamento jurídico e deveria alcançar-se, em relação a eles, um consenso o mais amplo possível, e o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) para reiterar as afirmações do Senhor Deputado Pedro Mota Soares.

Considerando as intervenções anteriores, o Senhor Presidente concluiu, referindo que hoje a Comissão daria cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos e os restantes seriam adiados para a reunião do dia seguinte, acrescentando aos que já estavam previstos, com antecipação da hora de início da reunião para as 9 horas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(...)

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Oswaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 05/09/2007